

Visões Sobre Inclusão Escolar No Contexto De Educação Especial: PCN X BNCC

Visions On School Inclusion In The Context Of Special Education: PCN X BNCC

Visions Sur L'inclusion Scolaire Dans Le Cadre De L'éducation Spéciale: PCN X BNCC

Caroline Pugliero Coelho¹
Universidade Federal do Pampa

Renata Godinho Soares²
Universidade Federal do Pampa

Rafael Roehrs³
Universidade Federal do Pampa

Resumo: A realidade da inclusão de alunos com deficiência necessita ser discutida para busca de melhorias a fim de garantir um processo de ensino que esteja de acordo com as singularidades de cada um. Este estudo analisa os documentos Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular referente a Educação Especial dentro do contexto Inclusão Escolar. Após análise foi possível considerar que o conteúdo do PCN traz maiores colaborações ao professor do que a BNCC, que além de não tratar da educação especial inclusiva em específico, transfere para cada currículo escolar, o que não garante que esta seja observada com a devida atenção e importância. Faz-se necessária a discussão uma vez que a BNCC possui caráter normativo e tem perspectivas de garantir uma educação igualitária a todos.

Palavras-Chave: Currículo. Escola. Deficiência. Parâmetros. Base Nacional.

Abstract: The reality of the inclusion of students with disabilities needs to be discussed in order to seek improvements in order to ensure a teaching process that is in accordance with each one's singularities. This study analyzes the National Curriculum Parameter documents and the Common National Curriculum Framework for Special Education within the School Inclusion context. After analysis it was possible to consider that the content of the PCN brings greater collaboration to the teacher than the BNCC, which in addition to not addressing specific inclusive special education, transfers to each school curriculum, which does not guarantee that it is observed with due attention and importance. The discussion is

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal de Educação Básica Eurípedes Brasil Milano. *E-mail:* carolinepuglierocoelho@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2999-9316>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1138015620367845>.

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Pampa, (Unipampa). Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisa em Estágio e Formação de Professores (GEPEF), Unipampa-Uruguiana. *E-mail:* renatasg2006@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2386-2020>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6313625186292501>.

³ Doutorado em Química pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor no curso de Ciências da Natureza-Licenciatura e no Programa de Pós-Graduação em Bioquímica e no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). *E-mail:* rafaelroehrs@unipampa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2825-2560>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2145471376587567>.

necessary since the BNCC is normative and has the prospect of guaranteeing an equal education for all.

Keywords: Curriculum. School. Disability. Parameters. National Base.

Résumé: La réalité de l'inclusion des étudiants handicapés doit être discutée afin de rechercher des améliorations afin d'assurer un processus d'enseignement en accord avec les singularités de chacun. Cette étude analyse les documents relatifs aux paramètres du curriculum national et le Cadre commun du curriculum national pour l'éducation spéciale dans le contexte de l'inclusion scolaire. Après analyse, il a été possible de considérer que le contenu du PCN apporte une plus grande collaboration à l'enseignant que le BNCC, qui, en plus de ne pas traiter d'un enseignement spécial inclusif spécifique, est transféré à chaque programme scolaire, ce qui ne garantit pas qu'il est observé avec l'attention requise. et importance. La discussion est nécessaire car le BNCC est normatif et a la perspective de garantir une éducation égale pour tous.

Mots-clés: Programme d'études. École. Handicap. Paramètres. Base Nationale.

Recebido em: de 2019

Aceito em: de dezembro 2019

Introdução

A escola é um espaço de desenvolvimento para além do cognitivo, mas também de socialização e enriquecimento do aluno. No que se refere a educação especial, é um lugar de estímulo e de busca pelo processo de desenvolvimento humano. Atualmente vivemos uma realidade de inclusão no ambiente escolar que necessita ser discutida para a busca de melhorias, no que diz respeito a espaço, materiais, mas mais importante, a formação dos nossos professores a fim de garantir um processo de ensino-aprendizagem que esteja de acordo com as singularidades de cada aluno (SARTORETTO, 2008).

No decorrer dos anos, apesar das dificuldades, surgem dentro das escolas novas formas de construir conhecimento para pessoas com deficiências, diferente do tradicional caderno e lápis, os recursos como o sistema de escrita Braille, LIBRAS e tecnologias assistivas.

A transformação de todas as escolas em escola inclusiva é um grande desafio que temos que enfrentar. A redefinição do papel das escolas especiais como responsáveis pelo oferecimento de atendimento educacional especializado e das escolas comuns como o local onde os alunos, através dos conhecimentos possam questionar a realidade e coletivamente viver experiências que reforcem o sentimento de pertencimento é condição para que a inclusão aconteça. (SARTORETTO, 2008, p. 03).

Esse sentimento de pertencimento acontece quando o aluno se sente parte do processo educacional, para que isso aconteça é necessário o planejamento de atividades diferenciadas, ou até mesmo adaptadas, para contemplar a participação de todos os alunos. Em algumas componentes curriculares que, por exemplo, necessitam maiores apelos visuais, se faz necessário um planejamento diferenciado nesse processo de inclusão, dentre as componentes, pode ser citadas a Educação Física e Ciências. Neste caso, existem métodos que podem ser utilizados, como a bola com guizo (no caso de Educação Física para alunos cegos) ou materiais de percepção tátil para atividades envolvendo Ciências ou Geografia. Assim, a inclusão de alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação na classe regular implica no desenvolvimento de ações adaptativas, visando a flexibilização do currículo, para que ele possa se desenvolver de maneira efetiva em sala de aula e também para que o docente consiga atender as necessidades individuais de todos os alunos (GLAT, 2009).

Nesse sentido, a concepção de inclusão escolar no contexto da educação especial é muito mais ampla do que simplesmente inserir esse público no ensino regular, implica em repensar a escola posta, de forma que assegure a todos e todas o direito a aprender. Kupfer e Petri (2000) acreditam ser necessário muito mais do que uma reformulação do espaço, do conteúdo programático ou de ritmos de aprendizagem. O desenho do currículo escolar numa escola amplamente inclusiva envolve romper com práticas excludentes e concepções pedagógicas conservadoras. Para efetivar a inclusão escolar dos alunos com deficiência é preciso, portanto, transformar a escola, questionar concepções e valores, visto que não se trata de adequar as práticas educacionais, mas transformá-las em função do desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes (MERCADO e FUMES, 2017).

Para nortear e embasar os profissionais da educação atuantes nas escolas são criados documentos de suporte que servem de base, guia no estudo, planejamento e na elaboração dos planos de aulas. Tais documentos também discorrem sobre assuntos diversos que permeiam a educação, como são os casos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN, 2013), os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), além de serem documentos orientadores. Mais atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), surge como documento normativo, que teve sua terceira e última versão homologada em dezembro de 2018, com aspectos norteadores das etapas de educação infantil, ensino fundamental I e II. Ainda, ao longo dos anos de 2019 e 2020 serão discutidas as Bases Nacionais Comum para a formação de professores na Educação Básica. Cada um dos documentos citados possui grande

importância sobre a perspectiva da educação brasileira, pois em seus textos caracterizam e garantem por lei a “educação para todos” como encontramos na Constituição Federal de 1988 onde o artigo 208 sinaliza sobre o atendimento especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

O discurso da inclusão para estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação nas classes comuns do ensino regular foi se fortalecendo cada vez mais ao longo dos últimos anos (SCHERER e DAL’IGNA, 2015), e a partir disso, diversas políticas inclusivas foram sendo criadas dentro deste contexto e implementadas através desta perspectiva. Um avanço significativo foi o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, vigorado a partir do Decreto nº 6.094/2007, que em uma de suas 28 diretrizes pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes, discorre sobre: “garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas” (BRASIL, 2007 p. 01).

Nesse sentido, este estudo buscou analisar os documentos especificamente elencados, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por serem documentos respectivamente, orientador e outro de caráter normativo para o trabalho docente, sendo ambos as principais referências de documentos educacionais atualmente. Essa análise se refere a como é tratada a Educação Especial, dentro do contexto de Inclusão Escolar, no texto dos referidos documentos. Além de tecer comentários e estabelecer uma relação de aspectos positivos e negativos entre os dois, com a finalidade de entender as possibilidades de ensino aos alunos incluídos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e altas Habilidades, o que é garantido a eles e assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146 de 06 de julho de 2015.

Análise dos documentos (PCN e BNCC) na perspectiva da educação especial

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são documentos que serviram como guias para os docentes, uma orientação pedagógica para embasamento sobre os conteúdos a serem ofertados para os alunos em cada ciclo de ensino. Nesse sentido “os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional” (BRASIL, 1997, p. 13). É importante ressaltar que esses parâmetros se

aplicam tanto para a rede pública quanto para a rede privada de ensino. Estes são constituídos de volumes, separados por níveis da educação básica: anos iniciais, anos finais e ensino médio. Dentro de cada volume, se distribuem os componentes curriculares, as disciplinas e, ainda, os chamados temas transversais, que devem perpassar todos os conteúdos.

Segundo consta na apresentação do documento:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, ao reconhecerem a complexidade da prática educativa, buscam auxiliar o professor na sua tarefa de assumir, como profissional, o lugar que lhe cabe pela responsabilidade e importância no processo de formação do povo brasileiro. Dada a abrangência dos assuntos abordados e a forma como estão organizados, os Parâmetros Curriculares Nacionais podem ser utilizados com objetivos diferentes, de acordo com a necessidade de cada realidade e de cada momento. (BRASIL, 1998, p. 12)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram desenvolvidos estruturados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), e tem por objetivo principal proporcionar aos alunos e a formação necessária para desenvolvimento de suas potencialidades na preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

Ainda no que se refere ao documento, este possui um volume específico dentro de seus cadernos que trata das “Adaptações curriculares e estratégias para a educação de alunos com necessidades especiais”, implementado no ano de 1998 (BRASIL, 1998). Neste caderno encontram-se informações e orientações para o docente, a fim de nortear como adaptar o currículo das disciplinas dentro da singularidade de cada aluno com deficiência. Discorrendo sobre este volume, percebe-se neste, uma reflexão às práticas educacionais e pedagógicas dos professores a fim de contribuir na sua atuação profissional e, também, facilitar o processo inclusivo destes alunos, em especial, adaptando os conteúdos a suas potencialidades, o que se refere o parágrafo a seguir, extraído dos documentos sobre Adaptações Curriculares:

Considerar a diversidade que se verifica entre os educandos nas instituições escolares requer medidas de flexibilização e dinamização do currículo para atender, efetivamente, às necessidades educacionais especiais dos que apresentam deficiência(s), altas habilidades (superdotação), condutas típicas de síndromes ou condições outras que venham a diferenciar a demanda de determinados alunos com relação aos demais colegas. Essas condições exigem a atenção da comunidade escolar para viabilizar a todos os alunos, indiscriminadamente, o acesso à aprendizagem, ao conhecimento e ao conjunto de experiências curriculares disponibilizadas ao ambiente educacional, a despeito de necessidades diferenciadas que possam apresentar. (BRASIL, 1998, p. 13)

Nesse documento constam dez objetivos que abordam sobre as capacidades dos alunos. Um desses objetivos tem um valor significativo dentro da educação especial, quando se refere a:

Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente; [...] desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania. (BRASIL, 1998, p. 07).

Analisando os textos, pode-se considerar que os objetivos dos PCN sobre a educação especial refere-se a adaptação curricular a fim de possibilitar uma educação apropriada ao nível intelectual destes alunos que estão incluídos nas classes regulares de ensino, possibilitando a eles a inserção social no âmbito da sala de aula e do enriquecimento social na vivência com seus pares, mas, ao mesmo tempo, um currículo que ofereça a esses alunos atividades contextualizadas e dentro de suas capacidades, com o intuito de potencializar suas aprendizagens, dentro de seus níveis de ensino e que, não necessariamente, estarão acompanhando a progressão da turma regular onde estão inseridos.

Ao retomar a totalidade dos PCN, estes abordam sobre as necessidades educacionais especiais e apresentam uma breve conceituação para cada deficiência (deficiência auditiva, deficiência física, deficiência mental, deficiência visual e deficiência múltipla, bem como as altas habilidades) e logo, é discutido o que diz respeito ao currículo escolar e as adaptações curriculares, que vão desde o projeto pedagógico até o acesso ao currículo e as adaptações nos elementos curriculares, atualmente vistas como flexibilizações curriculares.

Corroborando a respeito, Silva (2012) nos diz que, o Currículo Escolar está relacionado com a aprendizagem escolar, um modelo organizacional para orientação dos níveis de ensino e ações docentes. Geralmente, o currículo é construído a partir do projeto pedagógico não só da escola, mas da esfera que a cerca (estado ou município) e traz consigo concepções e fundamentos filosóficos e sociopolíticos que referenciam e inter-relacionam a prática-teoria-ação-planejamento. Esse planejamento traz como imperativo a busca pela unidade entre pensamento e ação, entre teoria e prática. Isso porque a relação entre a teoria e a prática constitui-se pressuposto fundamental das ações humanas e, portanto, também do planejamento educacional (SILVA, 2012).

A respeito da educação especial os PCN trazem a concepção de que “A escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos” (BRASIL, 1998, p. 31). Essas palavras referem-se à necessidade de adaptações nas atividades docentes, estas, referentes aos conteúdos curriculares para oportunizar uma educação que atenda as singularidades de cada aluno dentro de suas particularidades.

Essa concepção coloca em destaque a adequação curricular como um elemento dinâmico da educação para todos e a sua viabilização para os alunos com necessidades educacionais especiais: não se fixar no que de especial possa ter a educação dos alunos, mas flexibilizar a prática educacional para atender a todos e propiciar seu progresso em função de suas possibilidades e diferenças individuais. Pensar em adequação curricular, significa considerar o cotidiano das escolas, levando-se em conta as necessidades e capacidades dos seus alunos e os valores que orientam a prática pedagógica. Para os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais essas questões têm um significado particularmente importante. (BRASIL, 1998, p.32).

As adaptações curriculares discorrem sobre as possibilidades educacionais de flexibilização do conteúdo frente às dificuldades de aprendizagens de cada aluno, defendendo assim, a necessidade de adaptações do currículo regular apropriado à sua deficiência. “Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e a ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender; como e quando aprender” (BRASIL, 1998, p. 33).

Tais adaptações se baseiam no objetivo de atender às necessidades educacionais especiais de cada aluno com deficiência incluído, tendo como base uma relação harmônica entre tais necessidades de flexibilização e os conteúdos curriculares. Sabe-se que em uma sala de aula dita “tradicional” onde além dos alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação existem aqueles com dificuldades de aprendizagem sem relação patológica, se torna complicado para o professor realizar o planejamento pedagógico individualizado. Uma maneira de pensar sobre essas possibilidades seria a criação de grupos por dificuldades, o que poderia surtir efeito como uma prática respeitosa sobre o ritmo singular de todos os educandos e promovendo uma real inclusão.

As adaptações significativas na temporalidade referem-se ao ajuste temporal possível para que o aluno adquira conhecimentos e habilidades que estão ao seu alcance, mas que dependem do ritmo próprio ou do desenvolvimento de um repertório anterior que seja indispensável para novas aprendizagens (BRASIL, 1998, p.40).

As adaptações de acesso ao currículo correspondem a um conjunto de modificações nos elementos físicos, materiais ou de comunicação que venham a facilitar o envolvimento dos alunos com necessidades especiais educacionais no desenvolvimento do currículo escolar. O documento apresenta ainda, uma série de sugestões e medidas para adaptação de acesso ao currículo, como por exemplo, no que diz respeito a instrumentos de avaliação, introdução de objetivos complementares ou alternativos e as alterações nos procedimentos didáticos geralmente utilizados pelos professores, bem como, à organização diferenciada da sala de

aula para atender às necessidades específicas do aluno com deficiência. Esse suporte teórico subsidia o docente no planejamento de suas ações pedagógicas, favorecendo o processo educacional de aprendizagem dos alunos (BRASIL, 1998). As sugestões são definidas de acordo com a deficiência (deficiência visual, auditiva, etc.) e apresentam modelos de adaptações metodológicas, didáticas e de processo avaliativo.

Essas medidas adaptativas focalizam a diversidade da população escolar e pressupõem que o tratamento diferenciado pode significar, para os alunos que necessitam igualdade de oportunidades educacionais. Desse modo, buscam promover maior eficácia educativa, na perspectiva da escola para todos (BRASIL, 1998, p. 59).

Além destas questões de currículo e de adaptação, o documento em análise ainda traz questões reflexivas como é o chamado “Sistema de Apoio”, definidos por recursos e estratégias utilizadas como apoio que tendem a “favorecer a autonomia, a produtividade, a integração e a funcionalidade no ambiente escolar e comunitário” (BRASIL, 1997, p.53). Tais elementos são elencados como as pessoas próximas do aluno (familiares, profissionais, colegas, monitores, etc.), recursos físicos e materiais, atitudes, valores e crenças, recursos tecnológicos e programas de atendimentos genéricos e especializados, estes relacionam-se para com as tomadas de decisões sobre o apoio ao aluno, considerando várias questões de sua escolarização, como por exemplo “as situações em que o apoio deve ser prestado: dentro ou fora da sala de aula, em grupo ou individualmente, prévia ou posteriormente às atividades de ensino-aprendizagem regulares” (BRASIL, 1998 p. 53), entre outros pressupostos como as modalidades de apoio e a intensidade a serem oferecidos.

O processo avaliativo também é um assunto tratado com atenção no documento, onde é reconhecido a sua importância em todos os âmbitos do processo educacional e, em destaque, no seu papel essencial nas adaptações curriculares. Nele são elencados os aspectos do processo avaliativo quando relacionados ao aluno, ao contexto familiar e ao contexto educacional. Também fazem uma orientação importante sobre a promoção dos alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, levantando considerações a serem pensadas pela equipe escolar:

Alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou a retenção do aluno na série, etapa, ciclo (ou outros níveis): a possibilidade do aluno ter acesso às situações escolares regulares e com menor necessidade de apoio especial; a valorização de sua permanência com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem; a competência curricular, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no

currículo adaptado; o efeito emocional da promoção ou da retenção para o aluno e sua família (BRASIL, 1998 p. 58).

Na finalização dos PCN, uma conclusão intitulada “Para não Concluir” levando a reflexão de que nada é estanque e que em termos de educação, especialmente em Educação Especial, não existem conclusões definitivas, sempre existe espaço para aprendizagem e reflexões que promovam a evolução de conceitos e saberes. Neste momento do documento reconhece as dificuldades encontradas no sistema educacional para atender as necessidades educacionais dos alunos matriculados em turmas de escola regular. Também entende que essa flexibilidade e dinamicidade do currículo podem não ser suficientes para a superação das restrições ou compensar as limitações reais desses alunos, por este lado, surgem as adaptações curriculares como uma importante ferramenta para atuar nestas circunstâncias e potencializar o favorecimento da escolarização dos alunos de educação especial incluídos nas classes regulares de ensino.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular é um documento desenvolvido ao longo dos últimos 04 anos com o objetivo de nortear o ensino nas diversas regiões do país. Sobre esta muito tem se discutido, especificamente sobre a necessidade de mudanças no currículo escolar a fim de minimizar os diversos problemas de aprendizagens vivenciados pela rede pública de ensino. Desse modo, quando a BNCC foi idealizada o objetivo principal desta seria a não fragmentação do currículo, onde se apresentam habilidades e competências para torná-lo transdisciplinar e interdisciplinar.

Antes da primeira versão desta, outros documentos normativos, como a LDB (1996), já sinalizavam a necessidade de formulação de uma nova base comum para a educação básica. Ao passar dos anos, eis que surge a primeira versão de uma nova base comum, denominada Base Nacional Comum Curricular (BNCC), lançada para consulta pública no ano de 2015, e após, entregue ao Ministério da Educação em 2017, tendo sua versão final homologada em dezembro de 2018. Esta refere-se às etapas da educação infantil, ensino fundamental I e II, como também ao ensino médio (fase de implementação).

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais (BRASIL, 2018, p. 08).

A BNCC é dividida em capítulos que tratam em sua estrutura, as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (I e II), subdividindo suas diversas áreas e especificando as habilidades e competências esperadas para cada componente curricular. Tais competências são definidas pelo texto da BNCC como: mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que vão capacitar o aluno as suas vivências no seu cotidiano pessoal e profissional, bem como o seu exercício de cidadania (BRASIL, 2018).

A Base Nacional Comum Curricular apresenta 10 competências gerais que “inter-relacionam-se e desdobram-se do tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica, articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores” (BRASIL, 2018, p. 08). Essas competências referem-se ao que se busca no desenvolvimento educacional dos alunos, orientando o trabalho das escolas e dos professores, conforme trecho incluso nos textos do documento, as competências gerais são uma “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (BRASIL, 2018, p. 08). Ainda, estas competências se baseiam no conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; cultura digital; comunicação; trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação e responsabilidade e cidadania pensados para a formação do estudante.

Ao dar continuidade a leitura da BNCC, o texto apresenta os marcos legais que embasam a formulação do documento (Constituição Federal de 1988, LDB de 1996, CNE de 1999 e PNE de 2001) e também seus fundamentos pedagógicos, bem como o compromisso com a educação integral. A base ainda orienta sobre os currículos antes de entrar na sua estrutura. O documento apresenta distintamente as competências e habilidades dentro do campo de experiência de cada unidade temática, seus objetivos de conhecimento e as habilidades a serem desenvolvidas. No decorrer do documento se encontram detalhadamente informações que norteiam e orientam o fazer pedagógico da etapa da educação infantil até o 9º ano do ensino fundamental em cada componente curricular.

Especificamente no que se refere a educação especial, a Base Nacional Comum Curricular traz poucas orientações e informações. Na página 17, por exemplo, o documento trata sobre os currículos, discutindo algumas decisões que precisam ser analisadas no desenvolvimento e na organização dos currículos pelas esferas educacionais, como por

exemplo, a questão da contextualização dos conteúdos nos componentes curriculares, organização interdisciplinar e processo avaliativo. Nesse momento faz-se a seguinte referência:

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2018, p. 17).

Ao longo do documento, na seção 4.3 da área de Ciências da Natureza etapa do ensino fundamental I, especificamente na página 325, na unidade temática relacionada à Vida e Evolução, o texto propõe estudos sobre questões relacionadas aos seres vivos em geral, um enfoque na percepção do corpo humano, aspectos relativos à saúde e a políticas públicas:

Nos anos iniciais, pretende-se que, em continuidade às abordagens na Educação Infantil, as crianças ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial (BRASIL, 2018, p 325).

Ao realizar-se uma busca simples, através do termo “Educação Especial” este aparece apenas duas vezes dentre as 600 páginas da Base Nacional Comum Curricular, conforme apresentado nas citações acima. Com relação a terminologia “Inclusão”, contextualizado-a no sentido de educação especial ou aluno com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, esta aparece apenas duas vezes também, ambas situadas na organização dos currículos, onde a Lei nº 13.146/2015 é citada (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

O maior desafio a ser enfrentado não está na aplicação de uma BNCC que atenda os interesses das políticas nacionais e sim em torná-la acessível a todos professores e alunos, fazendo necessário um planejamento e abordagem curricular que transcenda ao conteúdo por si só e abranja uma prática pedagógica que atente às individualidades dos alunos (FERREIRA, 2015).

Discussão:

PCN e BNCC: Pontos e Contrapontos

São diversas as discussões no contexto educacional sobre as políticas para a Educação Inclusiva, se tratando desta discussão, questiona-se como tem sido contemplada a transversalidade da Educação Inclusiva no contexto da Educação Especial na perspectiva da

BNCC, assim como o que era tratado nos PCN. Abordagens sobre conteúdos, currículos, avaliação e as devidas adaptações que são necessárias para suprir a aprendizagem do aluno com deficiência. Desse modo, neste título específico, se discute os pontos e contrapontos, encontrados e destacados na leitura dos documentos analisados (PCN e BNCC), como também nas demais literaturas já publicadas, utilizadas para suporte teórico no transcrever desse artigo, na perspectiva da inclusão contextualizada na Educação Especial.

Um dos primeiros materiais elaborados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e encaminhados ao Conselho Nacional de Educação (CNE) foram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no ano de 1998, com a pretensão de se tornarem diretrizes nacionais. Ao longo do Plano Nacional de Educação (2014), é indicado que seja realizada uma Base Nacional Comum, a fim de garantir a qualidade social à educação em diferentes grupos sociais (MOREIRA, 2010). Pensando em uma reformulação da educação básica, o MEC lançou em 2015 a primeira versão do documento “Base Nacional Comum Curricular”, chegando a 3º e última versão no ano de 2018.

Macedo (2014) em seu estudo adverte nesse cenário, o aparecimento de fundações sociais com o intuito de interferir nas políticas públicas para a educação e num maior controle sobre os currículos, configurando um acordo político que fortalece a mercantilização da educação. Corroborando com essa ideia as entidades representativas do Fórum Pernambucano em Defesa da Educação Básica, em 02 de agosto de 2018, que apontam o texto proposto pela BNCC significando, além da mercantilização, privatizações e a precarização do ensino, desconstruindo a Educação Básica (ADUFPE, 2018).

Contribuições dos trabalhos dos autores Fernandes (2011) e Garcia e Michels (2014) trazem a concepção de que a praticar uma educação para todos pressupõe a prática de currículos abertos e flexíveis pensando às necessidades educacionais e as singularidades dos alunos com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem. As ações pedagógicas que flexibilizam o currículo devem estar baseadas na oferta de respostas educativas às necessidades especiais deles. Dentro do contexto escolar são denominadas adaptação curricular ou flexibilização curricular (MERCADO e FUMES, 2017).

A flexibilização curricular compreende as modificações necessárias realizadas em diversos elementos do currículo básico para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas, ou seja, são estratégias de planejamento e de atuação docente voltadas às necessidades de aprendizagem de cada estudante, fundamentadas em uma série de critérios para guiar a tomada de decisões com respeito ao que se deve aprender, como e quando e qual é a melhor forma de organizar o ensino para que todos sejam beneficiados (MERCADO e FUMES, 2017, p. 05).

Nesse sentido, os PCN possuem um caderno específico para as adaptações curriculares e estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, o que serve de orientação para a prática docente em ambiente escolar. Acredita-se que o documento dos PCN “Adaptações Curriculares Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Especiais” por ser mais específico, proporciona ao educador um maior engajamento e encorajamento quando há necessidade de adaptações em suas aulas, a fim de garantir a aprendizagem de todos seus alunos. Franco (2000) acredita que seja válido observar que o referido documento focaliza o currículo como ferramenta básica de escolarização, organizado para orientar, dentre outros, os diversos níveis de ensino e ação docente. Já as adaptações curriculares são entendidas como estratégia e critérios de atuação docente.

O PCN - Adaptações Curriculares: Estratégias para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais é considerado um excelente norteador para o trabalho pedagógico, o ponto destacado como negativo é a não capacitação dos profissionais de educação para trabalhar com o mesmo, no sentido das adaptações e flexibilizações curriculares, “apesar de o texto dos PCN possuir objetivos claramente definidos e ações bem delineadas, a princípio não houve um contexto institucional favorável à sua implementação” (LESSA, 2012, p. 40).

Pensando sobre pontos positivos da BNCC (tarefa difícil) pode-se destacar que esta surge como uma proposta de oportunizar a participação da sociedade no debate e construção do currículo escolar, na perspectiva de políticas educacionais que visam a redução das desigualdades sociais e regionais no acesso ao direito de aprender, fato não concretizado uma vez que o currículo tem a falsa ilusão de ser construído com autonomia (ANPED, 2015).

É necessário destacar ainda que a BNCC, apesar de citar a perspectiva de transversalidade da Educação Especial, não realiza progressos nesse contexto. As lacunas nas informações e os equívocos nos seus descritos reforçam a ideia de que Educação Especial é um apêndice da Educação Básica. Baseada em um pensamento de que a educação inclusiva promete garantir a inclusão social e educacional para estudantes com Deficiência (transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação), as duas versões da BNCC não contemplam o processo de desenvolvimento da aprendizagem, objetivos, habilidades e competências desses alunos (MERCADO e FUMES, 2017). Destaca-se ainda que:

A Educação Especial, como modalidade de educação básica, compartilha os mesmos pressupostos teóricos e metodológicos das diferentes etapas, níveis e modalidades de ensino. O desafio está na prática da flexibilização curricular, na adequação de objetivos propostos, na adoção de metodologias alternativas de ensino, no uso de recursos e materiais específicos, no redimensionamento do tempo e espaço escolar, entre outros. Aspectos necessários para que estudantes

com deficiências exerçam o direito de aprender em igualdade de oportunidades e condições (MERCADO e FUMES, 2017, p. 06).

Por ser a BNCC um documento recente e por entender este como um documento base em âmbito nacional de caráter normativo deveria este, abordar a Educação Especial com maior significância. Com essa falha, dá-se a entender que a Educação Especial e o processo de Inclusão escolar deverão aparecer mais caracterizados e pautados no Projeto Político Pedagógico de cada escola, de acordo com as suas realidades e contextos. Este, que poderia ser um indicativo de autonomia para a construção do currículo escolar, cai como uma responsabilidade referida a cada esfera educacional, não garantindo o desenvolvimento deste processo.

Os PCN e a BNCC, por serem um documento norteador e outro um documento normativo em âmbito educacional, são recorridos por profissionais da educação no momento de planejamento e desenvolvimento dos planos de ensino. Por este motivo se caracterizam como importantes documentos a serem pesquisados e analisados. A Educação Especial no contexto da Inclusão Escolar é uma realidade vivenciada dentro das escolas, garantida por lei, se fazendo necessária a busca dos professores por conhecimento e orientações para seu fazer pedagógico. Nesse aspecto, por ser a BNCC o atual documento norteador e normativo da educação básica brasileira, deixa inúmeras lacunas no enfoque a educação especial, um ponto preocupante para a escolarização desses alunos.

Considerações Finais

Após a leitura crítica dos documentos PCN e BNCC, como também de alguns estudos já publicados sobre os documentos em questão com o enfoque na educação inclusiva no contexto da educação especial, foi possível considerar que o conteúdo teórico encontrado nos PCN trazem contribuições positivas ao profissional de educação, por proporcionar um aporte didático mais amplo, com diferentes possibilidades de adaptações desde o currículo até as práticas metodológicas. Visto que os PCN têm um material exclusivo para a educação inclusiva, proporciona ao educador diferentes leituras e práticas em ambiente escolar. Mesmo com sua publicação há mais de 20 anos, seu conteúdo é muito importante e inovador tanto para a época lançada quanto na atualidade e realidade escolar vivenciada nos dias de hoje.

Ainda assim, sabe-se das dificuldades encontradas pelos docentes na realidade do chão da sala de aula, como o excessivo número de alunos, carência de capacitações efetivas para o ambiente escolar e alta carga horária de trabalho, isso tudo dificulta o planejamento diferenciado e adaptado às singularidades de cada aluno, em específico ao aluno com Deficiência, transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdoração. Sabe-

se da importância desse planejamento adaptado e flexibilizado para o sucesso da escolarização desse aluno, em vista disso o PCN traz maiores colaborações ao professor do que a BNCC, por tratar especificamente da temática e possuir um aporte de material com diversas possibilidades. Já a Base não traz informações concisas, deixando claro seu descompromisso com a garantia sobre o processo de inclusão e Educação Especial em específico, deixando este para ser tratado dentro de cada Currículo Escolar e Projeto Político Pedagógico, o que não garante que seja observada com a devida atenção e importância. Um descaso com os educandos e retrocesso na atualidade do cenário educacional brasileiro.

Visto a importância o documento da BNCC no atual contexto político educacional, no que se refere à inclusão escolar para alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, este apresenta várias lacunas em sua formulação, quanto aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da pessoa com deficiência, bem como a questão de flexibilização dos currículos. Nesse aspecto, este se torna um material sem maiores sugestões ou nortes aos docentes, por não tratar das especificidades deste público e por não apresentar orientação adequada para que os professores possam vir a trabalhar com as singularidades no processo inclusivo nesse contexto em sala de aula. A falta de informações de caráter normativo que definem questões como flexibilização de currículo, objetivos e avaliação demonstram a fragilidade do documento dentro do contexto analisado.

Entende-se a diferença temporal da publicação dos documentos analisados considerando que, a atualidade deveria trazer maiores aportes pedagógicos e embasamento normativo em relação à temática exposta, visto que a realidade escolar é muito diferente do que a exposta nos escritos documentais. Sendo assim faz-se necessário que as esferas educacionais, sejam elas em âmbito estadual, municipal, federal ou privada, atentem para a Educação Especial, esta de direito de todos e dever da união, e que esta esteja sempre presente dentro dos seus Currículos e Projetos Políticos Pedagógicos visando atender todos os estudantes de forma igualitária e com qualidade. Sempre traçando objetivos, flexibilizando currículos e construindo planejamentos aplicados às singularidades de cada aluno.

Referências:

ADUFEPE. Associação dos Docentes da UFPE. *Fórum Pernambucano em Defesa da Educação Básica*. 2018. Disponível em: < <https://www.adufepe.org.br/entidades-instalam-forum-em-defesa-da-educacao-basica/>>. Acesso em 03 de Nov. de 2019. <https://doi.org/10.34019/1984-5499.2018.v20.19103>

ANPED. *A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/a_anped_e_a_bncc_versao_final.pdf> Acesso em 03 de Nov. de 2019. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782019240045>

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 jan. 2019. <https://doi.org/10.11606/d.2.2010.tde-13122010-160747>

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, 2018. Brasília, DF. Disponível em: <<http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2019. <https://doi.org/10.22409/mov.v5i8.472>

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Parâmetros Curriculares Nacionais Adaptações Curriculares - Estratégias para Educação de Alunos com Necessidades Especiais*, 1998. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, 2007. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes_compromisso.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019. <https://doi.org/10.5380/jpe.v4i8.21827>

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> Acesso em 16 de Ago. de 2018. <https://doi.org/10.17648/galoa-cbee-6-29723>

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília-DF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 20 dez 2018. <https://doi.org/10.7867/1809-0354.2018v13n1p152-168>

FERNANDES, Sueli. *Fundamentos para Educação Especial*. 2 ed. rev. e atual. Curitiba: Ibpex 2011.

FERREIRA, Windy Brazão. O conceito de diversidade no BNCC: relações de poder e interesses ocultos. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 299-319, jul./dez. 2015.

FRANCO, Monique. Os PCN e as Adaptações Curriculares Para Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais: Um Debate. *Anais: 23ª Reunião anual da ANPEd - GT de Educação Especial*. Caxambú - Set, 2000. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23851/16824>> Acesso em 24 Mar. 2019. <https://doi.org/10.17648/galoa-cbee-6-28925>

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. Sistema Educacional Inclusivo: conceito e implicações na Política Educacional Brasileira. *Cadernos CEDES*, v. 34, n. 93, p. 157-173, maio-ago. 2014. <https://doi.org/10.1590/s0101-32622014000200002>

GLAT, Rosana. *A Educação Inclusiva: Ensino Fundamental para portadores de necessidades especiais. Fundamentos das Classes Iniciais do Ensino Fundametal*. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2009.

KUPFER, Maria Cristina; PETRI, Renata. Por que ensinar a quem não aprende? *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, v. 5, n. 9, 109-117, 2000. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v5i9p109-117>

LESSA, Paula Batista. *Os PCN em Materiais Didáticos para Formação de Professores*. 238f. Tese (Doutorado em Educação, área de concentração, Gestão, Avaliação e Políticas Públicas) Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/ppge/files/2012/05/Tese-Paula-Batista-Lessa1.pdf> > Acesso em: Acesso em 24 Mar. 2019. <https://doi.org/10.1590/s2176-6681/367313975>

MACEDO, Elizabeth. Base nacional curricular comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação. *Revista e Currículum*, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 1530-1555, Out/Dez, 2014.

MERCADO, Elisângela Leal de Oliveira; FUMES, Neiza Lourdes Frederico Base Nacional Comum Curricular e a Educação Especial no contexto da Inclusão Escolar. *Anais: 10ª Encontro Internacional de Formação de professores e 11º Fórum permanente internacional de inovação educacional*. v. 10, n. 1 (2017). <https://doi.org/10.17648/galao-cbee-6-28859>

MOREIRA, Antônio Flávio. *A qualidade e o currículo da educação básica brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SARTORETTO, Maria Lúcia. *Inclusão Escolar: um direito de alunos com e sem deficiência*. Portal Só Pedagogia, 2008. Disponível em: < <http://www.pedagogia.com.br/artigos/inclusaoescolar/> > Acesso em 16 de Agos. 2018. <https://doi.org/10.11606/t.48.2018.tde-04122018-183600>

SCHERER, Renata Porcher; DAL'IGNA, Maria Cláudia. Professoras do atendimento educacional especializado: intervenção clínica ou pedagógica? *Acta Scientiarum*. Education, Maringá, v. 37, n. 4, p. 415-425, Oct.-Dec., 2015. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v37i4.24642>

SILVA, Mônica Ribeiro da. *Perspectivas Curriculares Contemporâneas*. Curitiba: InterSaberes, 2012.